

Célia Linhares

Professora Titular de Política Educacional da UFF

Coordenadora do ALEPH: Programa de Pesquisa, Aprendizagem – ensino e Extensão em formação de professores da Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação da UFF. Pesquisadora CNPQ

Há quem pense que os direitos são sempre uma derivação da infância que, embora sem as pompas declaratórias, circunscrevem este nome e nos acompanham de alguma maneira, como humanos. Há quem pense que só a fragilidade da infância, como fase fundante e duradoura de nossas vidas, pode desprofanizar os direitos humanos. Há quem pense que só estaremos aptos à prática expansiva dos direitos humanos quando nos reconhecermos entre infâncias que renascem e se re-inventam em movimentos instituintes de direitos. Enfim, poderíamos pensar os direitos como um campo seminal do infantil?

Pelas casualidades da vida, encontrei-me com a professora Tania Carvalho Netto, que me convidou para escrever um artigo na Revista Interagir e, logo depois, me propôs que escrevesse uma Apresentação para a 7ª. Edição da Revista, da qual ela é Editora, juntamente com a UFF, comunicando-me que o tema tratado focalizaria os DIREITOS HUMANOS e que a Revista seria lançada no I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza.

Tudo parecia confluir com um velho desejo de aproximar a Educação e a Pedagogia de problemáticas que lhe são inerentes e que vão ganhando, com os movimentos transdisciplinares, conjunções e coligações nos campos dos saberes que fortalecem sonhos e projetos de derrubar os muros tão divisionistas, quanto assustadores, e que estabelecem reservas de mercados dentro das instituições de aprendizagem e ensino, impedindo diálogos, com lamentações, confrontos, re-organizações de outros saberes.

Mas esta incrustação de cercas e de reservatórios para se dividir saberes que representam um tipo de excepcionalidade, que, de há muito, vem sendo legalizada e garantida, como os estados de exceção, que Benjamin e Agabem, por exemplo, nos provocam a desmascarar, como artifícios de um estado civilizatório, em si mesmo bárbaro, duradouro e, portanto, de exceção.

“Mas é primavera...”, diria Clarice Lispector, e há muito tempo reclamo contra as expansões da Pedagogia, como instituições de aprendizagem e ensino, quando elas se fazem a um preço muito alto; quando as fazem expansivas a troco de expulsar os exercícios de pensar, enchendo-se de burocracias de conteúdos dogmáticos.

Como entender e praticar a *Pedagogia*, quando abdicamos dos enigmas e falhas de que são feitas as existências, das perplexidades da vida com suas experiências políticas que transbordam, e muito, das descrições contidas de fases da evolução e dos estigmas das involuções, que tantas doutrinas essencialistas e etapistas impuseram como andaimes para apoiar os procedimentos didáticos e pedagógicos.

Felizmente vivemos num tempo de maior pluralidade, mas não há como desconsiderar as tradições conformistas que assaltam muitos de nós, acenando, como fantasmas conselheiros, os perigos alarmantes dos processos de criação e dos riscos do diferir.

Não é sem fascínio que venho refletindo com Benjamin, Paulo Freire, Larrosa, Bauman, Boaventura e tantos outros, quando, cada um de sua maneira, nos falam das perdas, das des-

truições das experiências e das condições crescentemente pulverizadas com que nós, humanos, nos afastamos uns dos outros e nos entrincheiramos na defesa de nossos interesses pessoais, que recorrentemente recaem no âmbito da esfera do mercado e, portanto, do consumo.



Sem experiências políticas, acabamos reduzidos a um amontoado de problemas que, ao se acumularem ou ao se confrontarem, parecem justificar agressões, vinganças e devolutivas raivosas. Bem que é tempo de lembrar Ghandi ou, para comportar-nos nos limites de uma Apresentação, aproximar-nos de Goya, quando na sua obra, mostra a estética do duelo, da penalização dos combatentes, que reciprocamente, em busca de “uma honra a perigo” se enterram e se destroçam.

Não é por simples coincidência que agora me vem a figura de Norman Manea, escritor romeno, que no seu discurso de recebimento de um dos mais importantes prêmios literários da Itália, o Nonimo, em 2002, lembrou o que um escultor de seu país costumava dizer – *todo o artista morre, quando deixa de ser criança* – para em seguida reconhecer o quanto escrever, expressar-se, afirmar-se é um exercício infantil.

Esta confissão é até certo ponto surpreendente – posto que infância carrega, pela etimologia latina *infans infans*, uma definição negativa cuja marca identificatória é a falta da fala. Sem a fala e conseqüentemente sem a linguagem escrita, a criança vive um intenso movimento de indeterminação, de descoberta

e apropriação do mundo, em que vai se arriscando entre os direitos já convencionados e aqueles desejados.

Uma e outra citação me animaram a explicitar a interdependência que os direitos, quer em declínio, quer em devir, mantêm com as correntezas subterrâneas da infância, daí decorrendo um tipo de imprescindibilidade de que os direitos se apóiem, de uma ou de outra maneira, nas memórias infantis, memórias de medo e de encorajamento, memórias de emudecimento e de linguagens que constituem um oceano invisível, mas alimentador de ondas que ora nos lançam em condições de exercícios democráticos, ora nos estremecem e nos paralisam diante do terror, ora ainda reforçam nossas ferocidades.

Se Hobbes mostrou o medo como um artefato político, que, segundo suas hipóteses, teria nos levado a inventar o Estado para com ele lograr uma proteção contra o lobo, que tanto quanto o cordeiro, nos habitam. E por que não, neste tempo de tantos desamparos e fragmentações, re-visitarmos a infância com um assombro de uma matriz de direitos que, escapando de rígidas moralidades e moralismos, se exerce como uma ética que não teme diferir?

Tendo espiado, com extrema curiosidade o sumário desta edição, leio os títulos e, logo me flagro adivinhando as discussões que aqui estão propostas e entreabertas. Finalmente, a ficha cai e exclamo: o convite já está na capa, no nome da Revista. Desejo que possamos interagir, pensando, desmontando engenhocas opressivas para que nossa linguagem se faça uma ação que de diferentes maneiras contribua para nos formar politicamente.

Afinal, bem vale lembrar o poeta africano quando nos aconselha, afirmando que

...não basta que seja pura e justa a nossa causa é preciso que a justiça e a pureza existam dentro de nós.

Léopold Sedar Senghor